

Apresentação

REGINALDO SOUZA SANTOS*

FÁBIO GUEDES GOMES†

Nesta apresentação, desejamos atualizar para os assinantes e leitores os fatos ocorridos no mundo e no Brasil interpretados sob o olhar da Administração Política, assim como aqueles referentes à sua agenda de trabalho, estes mais próximos de nós outros que estamos diretamente envolvidos na militância desse campo.

Em relação aos acontecimentos que vêm ocorrendo mundo afora, o destaque marcante é o recrudescimento do *nacionalismo* em diferentes países e que a ciência social, por alguma razão, está chamando de conservadorismo decorrente da ascensão da direita ao poder político. O que já é uma proposta de luta permanente no Oriente Médio chega com muita força no Golfo Pérsico (principalmente através da Arábia Saudita), avança na Europa (o Brexit, na Grã-Bretanha, e a declaração de independência feita pelo Parlamento Regional da Catalunha, na Espanha, são exemplos contundentes desse movimento no velho continente).

Porém, o fato e os atos mais marcantes nessa direção vêm daquele país que muitos acham que deveria ser o último ou nunca a se manifestar nessa direção por ser justamente aquele que lidera, juntamente com os aliados mais próximos, a exploração pelos quatro cantos do mundo. O raciocínio lógico que sustenta esse pressuposto é que se os Estados Unidos são um país que explora os demais, logo não há motivo para reação conservadora tão extremada. É exatamente nesse fato que reside a diferença entre os movimentos conservadores e nacionalistas.

* Doutor em Economia pela Unicamp, bolsista DCR do CNPq/Fapeal/Ufal e professor do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Ufba.

† Doutor em Administração pela Escola de Administração da Ufba, professor das Pós-Graduações em Economia Aplicada e em Propriedade Intelectual e Transferências de Tecnologia para Inovação, Universidade Federal de Alagoas.

O novo governo dos Estados Unidos foi eleito e está executando o plano de trabalho com o conteúdo que conhecemos não por ser conservador e se posicionar mais à direita do velho governo democrata que saiu, mas por ser um governo comprometido com as causas nacionalistas; e o *slogan* de campanha diz tudo a esse respeito: “Vamos fazer os Estados Unidos grandes novamente” ou o “The America first”.

Considerando que se trata de um país explorador, um plano de governo tornar-se vitorioso com essa bandeira nacionalista não encerra uma contradição? Uma contradição em termos, quando se trata de países que estão na periferia do sistema; mas não se trata de uma contradição quando se fala dos mais iguais, como Alemanha, China, Japão, Inglaterra, França, Canadá e, talvez, também se possa incluir a Coreia do Sul. O recado do *slogan* de campanha e nas ações após a posse é para esses países, porque é para eles que os Estados Unidos vêm perdendo posições econômicas, principalmente com relação aos custos de financiar a guerra ou “manter a paz”. Excetuando a China, depois de 1945, os Estados Unidos assumem a maior parte do ônus de recuperar grande parte da Europa e liderar os interesses do bloco capitalista em oposição ao bloco socialista, sob a influência da União Soviética — que se considera a grande vencedora da Segunda Grande Guerra.

Internamente a cada bloco, também aparece o sentimento nacionalista. É o que ocorre no caso europeu por conta da larga vantagem que a Alemanha vem tendo em relação às demais nações que integram a União Europeia. O agravamento da crise de 2007/2008 que levou à subjugação de Portugal, Irlanda, Grécia, Espanha, Itália e até a França às regras de comportamento ditadas pela Alemanha tem exacerbado o ressurgimento do nacionalismo que vem acompanhado de fortes manifestações a favor da saída do bloco — a Grã-Bretanha pode significar o início do fim de uma integração iniciada nos anos 1950 e que ainda não está concluída caso as relações fortemente hierarquizadas não sejam revistas.

Na Ásia não é diferente o sentimento em relação ao Japão e mais recentemente em relação à China, que aparece rivalizando com o Japão dentro do próprio continente e com o mundo ganhando espaços de negócios na periferia capitalista, sobretudo pela reconstrução de uma grande China mediante a anexação de cidades e países (como Hong Kong e Cingapura) e de mares e ilhas. Isso não é conservadorismo, mas um forte nacionalismo com uma vantagem sobre os demais: o forte controle estatal sobre todos os processos.

O continente americano — excetuando Estados Unidos e o Canadá — continua sem rumo, com uma elite exageradamente conservadora, predatória e entreguista! Os indicativos de mudanças presenciados logo na primeira década deste século começaram a desaparecer com a morte de Hugo Chaves, a fragilidade administrativa e política do seu substituto Nicolás Maduro, o *impeachment* de Dilma Rousseff e retorno do conservadorismo na Argentina, no Chile e no Peru. Sem projeto, a elite corrupta transforma esta parte do Planeta Terra em um enclave econômico — pois parte maior da riqueza que é extraída do povo está “protegida” fora do continente — e a miséria social passa a ser a principal característica de nossa identificação em qualquer circuito que converse seriamente sobre os destinos da humanidade!

Assim, no Continente, só não estamos mais incertos e vulneráveis do que a Venezuela, mas depois que a chefe do executivo foi impedida de governar mediante um conluio entre o Legislativo e o Judiciário (na Versão TSE), passamos a ter um futuro bastante instável, principalmente porque é sabido por fatos comprovados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público — e que o Judiciário se esforça com pouco denodo em ignorá-los — que estamos sendo governados por uma corja!

Porém, nem tudo parece perdido, se olharmos para o futuro com otimismo. Mesmo assim, é preciso cautela. Se, por um lado, a eleição de outubro de 2018, notadamente a de presidente da república, nos permite ter uma oportunidade de retomar o rumo perdido, por outro lado, o processo dela pode nos colocar tomado por um pesadelo por conta do processo judicial contra Lula. Caso este venha a ser tirado do jogo eleitoral pela ação judicial em curso, o país pode ser tomado por um grau elevado de desconfiança e de instabilidade, inviabilizando o governo de quem seja eleito para conduzir o Brasil, a partir de 1.º de janeiro de 2019. Seja como for, Lula é a coluna de Sansão nesse processo eleitoral brasileiro de 2018; pois, mesmo perdendo, ele legitima quem sair vencedor das urnas — ele ou qualquer dos seus adversários.

Porém, não basta ganhar com certo grau de legitimidade originário das urnas. Os processos sociais brasileiros (administrativo, econômico, político, psicológico e moral) estão tão degenerados e a população de um modo geral está com um grau de consciência tal acerca do que está acontecendo que não há mais espaço para improvisação, como temos visto nos últimos tempos. É preciso que os partidos se apresentem com propostas

estruturadas em um Projeto Nacional, mostrando com clareza como retomará o desenvolvimento com distribuição de renda e melhoria efetiva dos serviços — pedra angular desse processo.

Nós, alinhados com as reflexões na esfera da Administração Política, estamos advertindo sobre essa necessidade há mais de duas décadas; porém, de maneira mais incisiva a partir do primeiro Encontro Nacional da Administração Política, realizado na cidade de Garanhuns (PE), em janeiro de 2010, momento em que foi lançado o Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil. De lá para cá, realizamos mais sete encontros em anos sucessivos: Juazeiro do Norte (CE), em 2011; Campina Grande (PB), em 2012; Arapiraca (AL), em 2013; Vitória da Conquista (BA), em 2014; Niterói (RJ), em 2015; Juiz de Fora (MG), em 2016; Ilhéus (BA), em 2017.

Nesse encontro de Ilhéus, a discussão a respeito do projeto nacional ganhou mais densidade por duas razões. A primeira porque foi o tema central do encontro; a segunda porque, durante o evento, foi lançado o livro *Outro Modo de Interpretar o Brasil — ensaios de administração política*, de autoria dos editores da REBAP, que traz como proposta principal a necessidade de se elaborar urgentemente um Projeto para o Brasil.

A discussão de abertura deste número da REBAP faz uma advertência nesse sentido. O texto “Democracia burguesa e as bases materiais para a construção da democracia proletária” mostra como os limites da democracia burguesa convergem para a luta revolucionária e a construção de uma democracia verdadeiramente proletária; outro texto, “O mito do planejamento”, mostra que tudo o que se tem feito na razão do planejamento tem sido um grande engodo, pois os problemas ficaram agravados e ampliados. A advertência é no sentido de que ou os ideólogos do capitalismo voltam a discutir com seriedade questões como democracia, desenvolvimento, distribuição e bem-estar ou o capitalismo cada vez mais sofrerá questionamento como forma hegemônica de organização social.

Pela relevância desses temas, desejamos que os leitores gostem do que é oferecido pela REBAP neste número.